

O DECLÍNIO DO PIB

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

A queda de 1,2% do Produto Interno Bruto, PIB – soma de tudo que é produzido e dos serviços realizados no País – no terceiro semestre foi uma ducha de água fria na retórica oficial de que a economia vai bem, apesar das turbulências políticas. Na verdade, o declínio não é nem a catástrofe denunciada pela oposição nem a irrelevância apregoada pelos governistas.

É óbvio que uma nação cuja população se aproxima dos 200 milhões de habitantes, com 40 milhões de indivíduos abaixo da linha de pobreza, com salários e aposentadorias da maioria insuficientes para atendimento de suas necessidades básicas e com uma brutal dívida externa, sem paralelo em outras partes do mundo, tem como única alternativa crescer, para enfrentar, simultaneamente, tanta necessidade de recursos. Crescer para custear a saúde pública, a educação e a segurança cronicamente deficientes, para investir em infraestrutura, para exportar e para pagar uma colossal quantidade de juros das suas dívidas pública e externa. Crescer também de maneira ordenada, para não provocar a inflação que valoriza o patrimônio dos ricos e enfraquece o salário e as aposentadorias dos pobres.

Mas esse crescimento deve ser feito de maneira adequada, sem prejuízo dos orçamentos públicos equilibrados, da austeridade fiscal sem a qual a economia é corroída.

O declínio do PIB no terceiro semestre deste ano não foi apenas consequência das apreensões causadas pelas turbulências políticas dos últimos meses. Foi consequência muito mais do aumento dos juros (taxa Selic), da multiplicação desses juros pelos bancos e da carga

tributária exageradamente alta, que só fez aumentar nas últimas duas décadas, apesar das promessas oficiais.

Uma das raras vozes otimistas é, compreensivelmente, a do ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Ele acha que o resultado é só “um momento fora da curva de crescimento, que não afetará a trajetória da expansão do país, que voltará no final deste ano e no próximo”.

E o mais grave é que isso acontece justamente quando a maioria das nações cresce muito ou razoavelmente.

É o caso de se perguntar: o que acontecerá ao Brasil quando o panorama econômico internacional, seguindo uma rotina cíclica, se deteriorar?

Com um crescimento provável do PIB, este ano, em torno de 2 ou 2.5%, absolutamente insuficiente para atender as necessidades econômicas e sociais, 2005 foi para o Brasil um ano perdido. As esperanças voltam-se para o próximo ano, que não deverá ser fácil.

Humberto Martins